O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 4 | Nº 11 | Boa Vista | 2020

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

http://doi.org/10.5281/zenodo.4245352

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.revista.ufrr.br/boca

ANÁLISE DE DISCURSO NA REVISTA VEJA: O PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DICURSIVO-MIDIÁTICA DO GOLPE DE 2016

Antonio Edson Alves da Silva[1]

Resumo

O presente artigo analisa as estratégias de uso da linguagem na forma de construção de sentido acerca do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Entretanto, trata-se esse evento como sendo um golpe político, jurídico e midiático contra as instituições democráticas brasileiras. Sendo assim, o objetivo geral é analisar os recursos linguísticos que constituíram o discurso midiático de legitimação do Golpe de 2016, na revista *Veja* tendo em vista o significado identificacional, com as ocorrências de avaliação. Na perspectiva de alcançar tal objetivo, pretende-se, especificamente, descrever, identificar e comparar as práticas discursivas de legitimação desse evento político midiático. Para tanto, toma-se como referencial teórico principal, a Análise de Discurso Crítica (ADC), de Norman Fairclough, além de um diálogo multidisciplinar com o pensamento de teóricos das Ciências Sociais como Jessé de Souza. Apropriando-se do enquadre teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica, este trabalho assume natureza qualitativa e interpretativista. O *corpus* selecionado para a pesquisa é constituído de um artigo de opinião circulado pela grande mídia hegemônica, principalmente, no período em que perdurou o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Ao fim, as principais reflexões apontam-se para o entendimento de que a mídia brasileira contribuiu efetivamente para a legitimação do Golpe de 2016, tendo em vista as ideologias políticas da direita e o pensamento das grandes corporações que orientaram sua postura condenatória acerca dos governos petistas.

Palavras chave: Discurso. Golpe de 2016. Mídia.

Abstract

This article analyzes the strategies of language use in the sense-making process regarding the impeachment process of President Dilma Rousseff, in 2016. However, this event has been characterized as a political, legal and media blow against the Brazilian democratic institutions. Thus, the general objective is to analyze the linguistic resources that constituted the 2016 Golpe's legitimation media discourse, in *Veja* magazine in view of the identificational meaning, with the evaluation occurrences. In order to achieve this objective, it is specifically intended to describe, identify and compare the discursive practices of legitimation of this media political event. Therefore, the main theoretical reference is Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis (CDA), as well as a multidisciplinary dialogue with the thinking of Social Science theorists such as Jessé de Souza. Appropriating the theoretical and methodological framework of Critical Discourse Analysis, this work assumes a qualitative and interpretative nature. The *corpus* selected for the research consists of an opinion article circulated by the hegemonic mainstream media, especially during the period during which President Dilma Rousseff's impediment process lasted. In the end, the main reflections point to the understanding that the Brazilian media effectively contributed to the legitimation of the 2016 coup, in view of the political ideologies of the right and the thinking of the large corporations that guided their condemnatory stance regarding the petist governments.

Keywords: 2016 Coup. Discourse. Media.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A República Federativa do Brasil, entre os anos de 2011 a 2014, teve a oportunidade de ser e fazer história ao, democraticamente, eleger sua primeira presidenta. Dilma Rousseff é uma política e

[1] Mestre e Doutorando em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA-UECE). Email para contato: edson.crat@gmail.com

economista brasileira, que durante o governo Lula exerceu a função de Ministra da Casa Civil (2005-2010). Sua vida foi marcada por engajamento nos movimentos sociais junto ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e, posteriormente, ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Tendo iniciado sua carreira política no Rio Grande do Sul, Dilma Rousseff, em 2010, com eleição decidida em segundo turno, foi eleita presidenta da República Federativa do Brasil com mais de 55 milhões de votos, tornando-se a primeira mulher a ocupar o maior cargo político brasileiro. Seu governo foi assinalado pela continuação da proposta política de seu antecessor, o ex-presidente Lula da Silva, gerando, entre avanços, bastante instabilidade com os partidos da base do governo e da oposição. Em meio há diversas crises governamentais, em 2014, mais uma vez em segundo turno, a então presidenta foi reeleita.

Desde o primeiro mandato, a presidenta Dilma Rousseff (2011-2014) passou por crises internas e externas que impediram a solidificação de sua proposta de governo, mesmo tendo uma base parlamentar aliada maior do que seu antecessor, na Câmara Federal. Para Guerra (2017), os problemas internos, como alianças políticas, crises e rechaças no governo, bem como a falta de aceitação da população, posteriormente, com base na opinião formada pela grande mídia, foram fazendo com que seus aliados se distanciassem cada vez mais e assumissem novos rumos, em oposição à postura da então presidenta, alegando que não cedia às vontades dos partidos coligados.

Nesse cenário conflituoso, no dia 02 de dezembro de 2015, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou a abertura do processo de impedimento da presidenta eleita, com base em denúncias por supostos crimes de responsabilidade, apresentadas pelo procurador de Justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Junior e Janaina Paschoal.

Na esteira dessa discussão, esta trabalho é parte da pesquisa de mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, na Universidade Estadual do Ceará, e dialoga com teóricos das mais diversas áreas, como ciências da comunicação, ciências linguísticas, ciências sociais, ciências políticas, ciências econômicas, ciências históricas e ciências jurídicas que compreendem o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff como sendo um golpe parlamentar, jurídico e midiático contra a população brasileira.

Nessa sequência, a relevância deste trabalho deve-se ao fato de que ele traz uma discussão sobre um importante acontecimento que impactou e vem ainda impactando negativamente o país e que precisa ser melhor compreendido pela população. Como diz Jessé Souza, os golpes ainda acontecem facilmente porque a população nunca entende direito por que eles acontecem.

Portanto, neste trabalho, que possui natureza qualitativa e interpretativista, utilizamos como *corpus* o artigo de opinião intitulado *Impeachment não é guerra,* publicado na revista *Veja* no período

que perdurou este evento, tendo em vista o *ranking* apresentado pela Associação Nacional dos Editores de Revista (ANER), colocando-a como sendo o folhetim semanal de maior circulação, divulgação e consumo, por parte dos leitores brasileiros, informação ratificada, posteriormente, pelo Ministério das Comunicações.

Nesse sentido, tomando como referência o modelo de Análise de Discurso Crítica (ADC) proposto por Fairclough (2001; 2003), este trabalho tenta dar conta das formas pelas quais essa revista produziu um discurso de legitimação do Golpe de 2016, ou seja, dos recursos linguísticos mobilizados nas práticas discursivas em questão para produzir tal legitimação. Em termos mais específicos este trabalho analisa como as práticas discursivas em questão produziram um discurso de legitimação do Golpe de 2016 nos seus modos de representação, analisados através dos recursos de avaliação no texto analisado.

FUNDAMENTOS TEÓRICO

Aqui, apresentaremos uma visão panorâmica sobre as teorias do discurso cunhadas por Fairclough (2001; 2003) que permeiam todo processo de análise proposto por este trabalho. Primeiramente, buscamos contextualizar os estudos do discurso, fazendo um movimento conceitual, para, posteriormente, chegarmos as propostas denominadas críticas. Ademais, entendemos aqui como avaliação foi conferida ao texto jornalísticos de grande circulação brasileira no que denominamos Golpe de 2016. Para dar conta desse objetivo, fizemos uma análise minuciosa do artigo de opinião publicados pela grande mídia hegemônica brasileira, tendo por base a contribuição das teorias que serão apresentadas, para compreender tais fenômenos sociais.

Nesse sentido, a Análise de Discurso Crítica tem contribuído muito fortemente para uma variedade de abordagens nos mais diversos grupos disciplinares, em virtude do seu caráter profundo de análise textual orientada, visando suas implicaturas nas estruturas e práticas sociais. Para um trabalho analítico mais eficaz, faz-se necessário compreender as relações de poder e ideologia que envolvem os mais diversos contextos trabalhados, numa abordagem crítica da linguagem, conforme destaca Fairclough (2001. p. 31):

> As abordagens críticas diferem das não-críticas não apenas na descrição das práticas discursivas, mas também ao mostrarmos como o discurso é moldado por relações de poder e ideologia e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença (FARICLOUGH, 2001, p. 31).

Toda abordagem crítica da ADC é impulsionada, segundo Fairclough, pela Linguística Crítica, nascida na década de 1970, com base nos estudos de Fowler, Kress e Hodg, na Universidade de East Anglia. Os teóricos buscavam unificar um método de análise de texto com as teorias sociais do funcionamento da linguagem, recorrendo à compreensão dos processos políticos e ideológicos que estão intrinsecamente ligados à política e à ideologia. Portanto, a concepção de Análise de Discurso Crítica apontada por van Dijk (2017) corrobora com a apresentada e desenvolvida por outros autores, como as brasileiras Isabel Magalhães, Viviane Resende e Viviane Ramalho que se sustentam nas discussões cunhadas por Fairclough para apontar um caminho profícuo de trabalho com as categorias de análise textualmente orientada.

Van Dikj compreende a ADC como um tipo de investigação sistemática que estuda preponderantemente as relações de (abuso de) poder, a dominação e as mais diversas manifestações de desigualdades sociais representadas, produzidas e divulgadas através de textos orais e escritas em determinados contextos sociais. “Com essa investigação de natureza tão dissidente, os analistas críticos do discurso adotam um posicionamento explicito e, assim, objetivam compreender, desvelar e, em alguma instância, opor-se à desigualdade social. (VAN DIJK, 2017, p. 113). Portanto, os analistas são entendidos como atores sociais engajados nesse processo de transformação e mudança social.

O interesse em estudar a linguagem através do discurso foi amplamente divulgado e trabalhado a partir da década de 1970, iniciado no Reino Unido, com o apoio da nascente Linguística Crítica, tendo influências positivas das mais diversas áreas do conhecimento, como sociolinguística, psicologia, ciências sociais, dentre outras, como destaca van Dijk:

> A Análise de Discurso Crítica não é, na verdade uma diretriz, uma escola, nem uma especialização semelhante a tantas outras “abordagens” nos estudos discursivos. Antes, a ADC objetiva oferecer um “modo” ou uma “perspectiva” diferente de teorização, análise e aplicação ao longo de todos os campos. Podemos encontrar uma perspectiva mais ou menos crítica em diversas áreas, tais como a pragmática, a análise da conversação, análise da narrativa, a retórica, a estilística, a sociolinguística, a etnografia, a análise da mídia, entre outras (VAN DIJK, 2017, p. 114).

Nesse sentido, percebemos uma necessidade de uma consciência explicita do papel do analista do discurso crítico, frente aos mais diversos contextos sociais de exploração, dando assim sua contribuição a essa tradição que rejeita a possibilidade de uma ciência acrítica e acomodada, mas compreende que a ciências discursivas são partes inerentes às estruturas sociais. Ademais, a relação entre sujeito, discurso e sociedade é tão tênue que o papel do analista é sempre colocado em pauta, tendo em vista seu posicionamento transgressor ao fazer uma ciência crítica engajada e comprometida com a transformação social através da consciência dos discursos hegemônicos e contra-hegemônicos.

Portanto, a ADC torna-se uma abordagem interdisciplinar que estuda estratégias de como se opor aos discursos das classes dominantes, que têm uma pequena parcela, a elite, como detentora dos meios de comunicação e das práticas discursivas que permeiam todas as esferas da sociedade. Assim, é inevitável não entender os analistas críticos como normalmente militantes sociais de direitos humanos, sindicalistas e intelectuais que lutam com as palavras, como forma de contraposição das mais terríveis situações de opressão par parte da classe dominante.

Na esteira dessa discussão, chegamos a categoria ora trabalhada neste artigo, que se refere ao significado representacional, entendendo assim como as ordens do discurso estão organizadas de modo a representar, através dos textos, os atores sociais e suas relações com o mundo e os eventos discursivos. "Os diferentes discursos não apenas representam o mundo concreto, mas também projetam possibilidades diferentes da realidade" (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 71).

Em consonância com essas ideias, Resende e Ramalho (2017) apontam duas etapas distintas e articuladas que servem para a identificação da avaliação em um texto. A primeira refere-se aos temas centrais, ou seja, de que partes do mundo aparecem tais representações. A segunda alude a questões mais particulares, como os traços linguísticos específicos realizados no discurso, tais como vocabulário, tendo em vista que diferentes formas de utilização do léxico, apontam para formas diferentes de representar o mundo.

Não somente estas duas etapas, mas Resende e Ramalho (2017), em consonância com o trabalho proposto por Fairclough (2003), apontam ainda outra categoria analítica bastante proveitosa que é a representação de atores sociais. Portanto, as maneiras distintas como estes são representados nos textos direcionam para posicionamentos ideológicos em relação a eles e suas atividades.

Nessa sequência, determinados atores sociais, numa perspectiva do texto, podem ter sua agência apagada ou destacada em vista da forma como são apresentados e representados no enunciado, com os destaques e expressões que podem explicitar juízo de valor positivo ou negativo, tendo como base os posicionamentos políticos e ideológicos do sujeito que profere os enunciados. Ainda sobre esse significado, Fairclough (2003) destaca essa categoria como bastante produtiva e identificável a partir do próprio texto. "A avaliação inclui afirmações avaliativas (que apresentam juízo de valor), afirmações com verbos de processo mental afetivo (tais como detestar, gostar, amar) e presunções valorativas (sobre o que é bom ou desejável)" (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 79).

Em suma, percebemos que as afirmações valorativas são atribuídas quanto à necessidade de classificar o que é desejável ou indesejável, relevante ou irrelevante dentro de um contexto discursivo. Esta por sua vez também pode ser classificada ainda com uma escala de intensidade, tais como bom/ótimo/excelente. Já as afirmações com verbos de processo mental estão relacionadas ao nível

afetivo expresso nos enunciados, marcadas excessivamente com a subjetividade do autor "em estruturas como *eu detesto*, *eu gosto*" (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 80).

ANÁLISE DE DADOS

Retomando o objetivo central deste trabalho que foi analisar os recursos que constituíram o discurso midiático de legitimação do Golpe de 2016, na revista *Veja* através do significado identificacional, com a ocorrência da categoria de avaliação, em diálogo multidisciplinar com o pensamento de Jessé de Souza e das ciências sociais, entendendo que o processo de constituição do Golpe de 2016 está fincado no pensar do próprio capitalismo que vivenciamos em nossa sociedade, uma vez que, conforme Souza (2016), há no Brasil uma elite que detém o poder financeiro e que tem total força para desenhar os rumos que o país deve tomar, tendo em vista a necessidade de aumentar sua riqueza e explorar cada vez mais a classe trabalhadora. Na contramão dessa concepção, depois de anos em que o país era gerenciado pelas grandes corporações, em 2003, a população cansada da exploração sistemática, elege um governo oriundo da classe trabalhadora, ou seja, um metalúrgico, semianalfabeto e nordestino. Essa caracterização, atribuída ao ex-presidente Lula, tem raízes profundas no próprio preconceito das elites dominantes.

Na esteira dessa discussão, compreendemos acerca da categoria avaliação, sobre a forma de representação discursiva, como as ordens do discurso estão organizadas de modo a representar, através dos textos, os atores sociais e suas relações com o mundo e os eventos discursivos. Portanto, em sintonia com os pressupostos de Fairclough (2001; 2003), Resende e Ramalho (2017) afirmam que diferentes discursos não apenas representam o mundo concreto, mas também projetam possibilidades diversas sobre diferentes realidades.

Nessa sequência, Fairclough (2003) aponta, ainda, duas etapas distintas e articuladas que colaboram no processo de identificação da categoria avaliativa de um determinado texto. A primeira refere-se aos temas centrais, ou seja, de que partes do mundo aparecem tais representações. A segunda alude a questões mais particulares, como os traços linguísticos específicos realizados no discurso, tais como vocabulário, tendo em vista que diferentes formas de utilização do léxico, apontam para formas diferentes de representar o mundo. Portanto, não só essas etapas, mas ainda há outras categorias analíticas bastante proveitosas que estão relacionadas às representações de atores sociais.

Ainda sobre esse significado, Fairclough (2003) destaca que a categoria de avaliação é bastante produtiva e identificável a partir do próprio texto. A avaliação inclui afirmações avaliativas (que apresentam juízo de valor), afirmações com verbos de processo mental afetivo (tais como detestar,

gostar, amar) e presunções valorativas (sobre o que é bom ou desejável). Contudo, percebemos que as afirmações valorativas são atribuídas quanto à necessidade de classificar o que é desejável ou indesejável, relevante ou irrelevante dentro de um contexto discursivo.

Fairclough (2003) afirma que o discurso é um modo de representação dos mais distintos aspectos do mundo e das relações sociais, conforme a citação que segue:

> Os processos, relações e estruturas do mundo material, o "mundo mental" de pensamentos, sentimentos, crenças e assim por diante, e o mundo social. Aspectos particulares do mundo podem ser representados de forma diferente, por isso estamos geralmente na posição de ter de considerar a relação entre diferentes discursos. Diferentes discursos são diferentes perspectivas sobre o mundo, e estão associados com as diferentes relações que as pessoas têm para com o mundo, que por sua vez depende de suas posições no mundo, suas identidades sociais e pessoais, e as relações sociais que travam com as pessoas (FAIRCLOUGH, 2003, p 124).

No que se refere ao significado representacional, compreendemos os discursos como modos de representação do mundo pelos atores sociais. Há diferenças de representação de acordo com a maneira como esses atores estabelecem relação entre si e os eventos representados.

Com o apoio de recursos multimodais, o texto, intitulado: *"Impeachment não é guerra"* foi publicado em 04 de dezembro de 2015, assinado por Daniel Pereira, na revista *Veja.* Esse artigo foi uma das primeiras publicações midiáticas acerca da análise sobre a sugestão de iniciar o processo de impedimento da então presidenta eleita, numa forma sutil e modalizada de discurso com expressão guerra, ou seja, que o PT não visse o momento como algo negativo, mas como uma possível necessidade social e anseio da população.

Esse artigo de opinião é um texto curto, dividido em três parágrafos. No primeiro, o autor faz uma contextualização sobre a possível crise econômica vivenciada naquele momento, citando, mesmo sem fontes, os problemas da alta da inflação, prevendo o que poderia ser o pior Natal de todos os tempos, além do alto índice de desemprego. Por fim, em seguida, com sua proposta de construção argumentativa, o autor se posiciona em defesa da proposta de impedimento da então presidenta, deixando clara sua postura, bem como a postura da revista *Veja*, mostrando-se aliados das propostas governamentais dos partidos ligados à direita brasileira e às grandes corporações.

> (01) *O Brasil* passará a conviver com a sobreposição de cenários ainda mais complexos. Na economia, estão dadas as condições para o que pode ser a crise mais profunda de todos os tempos. A inflação e o desemprego sobem rapidamente. Na defensiva, *as indústrias* se recolhem ao mínimo de atividade produtiva. *O comércio* prevê o pior Natal em décadas (PEREIRA, 2015).

Os modos de representação são atribuídos de maneira genérica ao Brasil que não conseguirá conviver com esse cenário, mostrando assim uma urgente necessidade de mudança, que, nessa

perspectiva, seria a consumação do *impeachment*. Outros atores são também representados de maneira generalizada, mostrando que toda classe da indústria e do comércio está insatisfeita com a crise econômica ocasionada pela má gestão do Governo Federal, conforme salienta o autor.

> (02) *As lideranças políticas,* que deveriam se empenhar em apontar a porta de saída dessa espiral destrutiva, parecem ocupadas demais tentando salvar a si mesmas das investigações de corrupção que envolvem mais de meia centena de autoridades – entre elas *o presidente da Câmara, o presidente do Senado, assessores e ex-assessores da presidente da República* (PEREIRA, 2015).

O jornalista representa negativamente outras pessoas envolvidas nesse contexto, sem fazer nenhuma distinção. Inicialmente, começa falando de forma generalizada sobre as lideranças políticas que devem se empenhar para a continuidade do impedimento, porém estão preocupadas com suas reputações, tendo em vista estarem também envolvidas em escândalos de corrupção. Ao final é que são especificados esses atores, como o presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (ambos dos MDB), além de ex-assessores ligados à presidenta.

> (03) A partir desta semana, quando será instalada *a comissão do impeachment,* o país enfrentará momentos de extrema tensão, conflitos de interesses, debates acalorados e tentativas de manipulação. É desse substrato típico das democracias que, espera-se, surgirá a força capaz de fazer o Brasil voltar a respirar (PEREIRA, 2015).

A comissão do *impeachment* é representada como sendo, mesmo em meio a tantos conflitos de interesse por parte dos envolvido, a solução para esse momento, haja vista a constante afirmação que este processo é legal e comum em democracias, podendo assim ao final, como sugere o autor, "fazer o Brasil voltar a respirar".

> (04) Pela *Constituição,* cabe ao *comandante da Câmara dos Deputados* aceitar ou negar os pedidos de impedimento apresentados contra o presidente da República. O deputado *Eduardo Cunha* deu seguimento na semana passada ao recurso formulado pelo *jurista Hélio Bicudo*, pelo *ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior* e pela *advogada Janaina Paschoal* (PEREIRA, 2015).

Para fundamentar a legalidade e dar um ar de coerência e legitimidade ao processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, o jornalista representa a Constituição Federal como sendo àquela que preconiza tal processo, sugerindo que deve ser executado pelo presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha.

A representação de outros sujeitos envolvidos nesse processo é feita por meio da titulação de cada um, influenciando a credibilidade, tendo em vista que tem um jurista, um ex-Ministro da Justiça e

uma advogada, ou seja, pessoas sérias que entendem da legalidade do processo, com idoneidade moral e, em tese, devem saber o que estão fazendo.

> (05) Eles alegam que *Dilma cometeu crime de responsabilidade* ao praticar as chamadas processo essencialmente político, que refletirá as convicções de cada parlamentar (PEREIRA, 2015).
>
> (06) Ao fim e ao cabo, *são eles que decidirão se Dilma ainda tem condições e autoridade para continuar à frente do cargo* para o qual foi eleita com 54 milhões de votos (PEREIRA, 2015).
>
> (07) *Dilma e Cunha são adversários figadais* (PEREIRA, 2015).
>
> (08) *A presidente quer restringir o caso* a um duelo de biografias da santa da moralidade com o tinhoso do fisiologismo (PEREIRA, 2015).

A representação mais enfática apresentada pelo artigo de opinião analisado é da presidenta Dilma Rousseff sendo sempre colocada como a culpada pelos atos que está sendo acusada. O jornal não proporciona uma criticidade ou necessidade de se discutir se houve ou não crime, mas a todo momento elucida que a então presidenta é criminosa e que há uma necessidade urgente de se efetivar o *impeachment.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar os recursos linguísticos e extralinguísticos que constituíram o discurso midiático de legitimação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff na revista *Veja*, vislumbrando o significado identificacional, com as ocorrências de avaliação; Para tanto, especificamente, foi necessário descrever, investigar e comparar tais práticas discursivas de legitimação desse evento político midiático, na revista supracitada

Inicialmente, contextualizamos o trabalho, trazendo as questões que impulsionaram esta pesquisa, indagando: como os recursos discursivos constituíram o discurso midiático de legitimação do Golpe de 2016, na revista *Veja.* Ademais, buscamos fazer um diálogo com diversos trabalhos que pudessem colaborar para a efetiva compreensão desse fenômeno político midiático aqui analisado.

Contextualizado esse evento político de grande divulgação midiática, partimos para buscar, nos pressupostos teóricos, uma base sólida que nos ajudassem a chegarmos aos nossos objetivos iniciais. Portanto, utilizamos a Análise de Discurso Crítica, principalmente no que teorizou Norman Fairclough, tendo em vista sua peculiar classificação de discurso e sua clara e profícua proposta teórico-metodológica.

Nesse sentido, analisamos as práticas discursivas de legitimação desse evento, através das ocorrências de avaliação no decorrer da tessitura textual proposta pelo jornalista, em seus artigos de opinião, veiculados na revista analisada. Assim, muitos fragmentos foram discutidos e detalhados quanto ao processo avaliativo, prioritariamente negativo, acerca do Governo Dilma e do Partido dos Trabalhadores.

Ao analisar os dados selecionados, portanto, deparamo-nos com os recursos discursivos empreendidos pela mídia hegemônica para informar, muitas vezes de forma equivocada, aos leitores sobre os supostos crimes cometidos pelos governos petistas, tendo em vista a legitimação do discurso da direita brasileira, de que o PT é uma organização criminosa chefiada por Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Em suma, esperamos que a discussão empreendida nesta dissertação possa despertar para a reflexão efetiva desse evento político, construído e articulado, principalmente com o apoio da mídia hegemônica, haja vista que todo o cenário social que se vivencia na contemporaneidade está intrinsecamente ligado ao golpe como um possível desdobramento, bem como uma atenção especial aos mecanismos inerentes ao uso efetivo da linguagem que colaboram para a construção das relações sociais.

REFERÊNCIAS

BOFF, O. M. B.; KÖCHE, V.S.; MARINELLO, A. F. "O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação". **Revista Virtual de Estudos das Linguagem - ReVEL**, vol. 7, n. 13, 2009.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

BRAZ, M. "O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário". **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 128. janeiro/abril, 2017.

CASTILHO, M. L. **O discurso de estudantes de licenciatura e negociação de identidades**: uma abordagem crítico-discursiva (Tese de Doutorado em Linguística). Brasília: UnB, 2013.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity**. Edinburg: Edinburg University Press, 1999.

COSTA, N. B. (org.). **Práticas Discursivas:** exercícios analíticos. Campinas: Pontes Editores, 2005.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UnB, 2001.

FONSECA, F. "Mídia, poder e democracia: teorias e práxis dos meios de comunicação". **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, julho/dezembro, 2011.

FONSECA, P. C. D.; CUNHA, A. M.; BICHARA, J. S. "O Brasil na era Lula: retorno ao desenvolvimentismo". **Revista Nova Economia**, n. 23, maio/agosto, 2013.

GUERRA, A. *et al*. **Brasil 2016**: recessão e golpe. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Editora Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.

PEZATTI, E. G. "Ordenação de constituintes em sentenças declarativas do português brasileiro". **Revista de Estudos Linguísticos: Veredas**, vol. 15, n. 1, 2011.

PINTO, R. B. W. S. "A heterogeneidade constitutiva do ethos no editorial português". **Revista Calidoscópio**, vol. 2, n. 2, 2004.

RAMALHO, V. "Diálogos teórico-metodológicos: análise de discurso crítica e realismo crítico". **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, vol. 8, 2006/7.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. "Análise de Discurso Crítica, Modelo Tridimensional à articulação prática: Implicações teórico-metodológica". **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, vol. 5, n. 1, 2004.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica e Realismo Crítico**: implicações interdisciplinares. Campinas: Editora Pontes, 2009.

ROVAI, R. **Golpe 16**. São Paulo: Edições Fórum/Publisher Brasil, 2016.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. "Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo". *In*: TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAN DIJK, T. **Discurso e poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 4 | Nº 11| Boa Vista |2020

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima